

NECESSIDADE E FATALISMO EM HOLBACH: OS PRINCÍPIOS DO DETERMINISMO NO *SISTEMA DA NATUREZA*.

William Romualdo¹

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar a noção de liberdade na filosofia materialista e determinista de Barão de Holbach (1723 – 1789), especificamente, no seu *Sistema da Natureza ou Das leis do mundo físico e do mundo moral*, de 1770. A liberdade será o nosso tema principal para a discussão, portanto, vamos nos guiar por questões que fazem parte desta área temática, por exemplo: o livre-arbítrio é possível? Caso ele seja, é compatível com o determinismo do mundo físico? Diante dessas questões, tentaremos dar as devidas respostas, primeiramente, com a exposição dos princípios acerca da necessidade e do fatalismo, bem como as críticas à ideia teológica de livre-arbítrio que fazem parte do materialismo ateu de Holbach. Com isso, veremos a viabilidade de seus argumentos na elaboração de um determinismo, cujo escopo é tanto saber compreender a dinâmica da natureza como um todo, quanto poder refletir acerca do comportamento individual e coletivo dos seres humanos.

Palavras-chave: Barão de Holbach, liberdade, necessidade, fatalismo, natureza.

ABSTRACT: The aim of this study is to analyze the notion of freedom in the materialistic and deterministic philosophy of Baron D’Holbach (1723 - 1789), specifically in its *The System of Nature, or, Laws of the Moral and Physical World*, 1770. Freedom will be our main topic of discussion, therefore we will be guided by questions belonging to this thematic field, for instance: Is free-will possible? If it is, is it compatible with the determinism of the physical world? Facing with these issues, we will try to give appropriate answers, first, with the demonstration of the principles of the necessity and fatalism, as well as criticism of the theological idea of free-will, which is part of the atheistic materialism of D’Holbach. Thus, we will see the feasibility of his arguments in the development of a determinism, which scope is not only to understand the dynamics of nature as whole, but also to reflect upon the individual and collective behavior of the human beings.

Keywords: Baron D’Holbach, freedom, necessity, fatalism, nature.

¹ Mestrando na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Marília.

1. A concepção materialista da natureza, a necessidade e o fatalismo em Holbach

No *Sistema da Natureza* do Barão de Holbach², tanto o universo quanto a natureza são considerados como totalidades materiais e geradoras de movimento. Pela definição holbachiana, o universo é “essa vasta reunião de tudo aquilo que existe, não nos oferece em toda parte senão a matéria e o movimento: seu conjunto não nos mostra senão uma cadeia imensa e ininterrupta de causas e efeitos”³. E a natureza é definida como “o grande todo que resulta da reunião das diferentes matérias, de suas diferentes combinações e dos diferentes movimentos que nós vemos no universo”⁴. Além disso, a natureza é uma totalidade que age ininterruptamente, cujas partes também nunca param de trabalhar para poder manter a ação, a existência e a própria vida, ou seja, a natureza existe e age necessariamente porque tudo o que a constitui tende a perpetuá-la como uma totalidade viva que produz e desencadeia ação e efeitos.

Para Holbach, a matéria “é tudo aquilo que afeta os nossos sentidos de uma maneira qualquer”⁵, cujas qualidades que são atribuídas à diversidade material estão baseadas nas diferentes impressões ou mudanças que são geradas nos indivíduos. E o movimento “é um esforço pelo qual um corpo muda ou tende a mudar de lugar, ou seja, a corresponder sucessivamente a diferentes partes do espaço, ou então a mudar de distância relativamente a outros corpos”⁶. As mudanças, as combinações e as formas dos corpos são atribuídas apenas ao movimento, ou seja, toda e qualquer modificação da matéria ocorre por causa do movimento e dos seus efeitos decorrentes, e assim, os corpos são produzidos, alterados ou desenvolvidos para crescerem e perecerem. O movimento é o encarregado de modificar os aspectos dos seres, quando retira ou acrescenta alguma propriedade a eles, e de alguma maneira, faz com que eles sigam o ciclo eterno e imutável da natureza, já que exerce relação entre si e o resto do mundo:

É através do movimento que o todo tem relações com as suas partes, e estas com o todo: é assim que tudo está ligado no universo. Ele próprio nada mais é que uma imensa cadeia de causas e efeitos, que incessantemente decorrem uns dos outros.⁷

Há em Holbach uma ideia de que a experiência que se volta à natureza é capaz de nos demonstrar e explicar racionalmente a totalidade do mundo e a dinâmica

² Paul-Henri Thiry D’Holbach (1723-1789), o Barão de Holbach, e doravante “Holbach” ou “barão”.

³ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.40).

⁴ Ibidem.

⁵ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.63).

⁶ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p. 43).

⁷ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p. 83).

que acontece entre os corpos e que é resultado da causalidade natural no mundo, ou seja, das relações de causa e efeito entre os corpos, nas quais estão inseridos a matéria e o movimento.

Holbach afirma que no mundo há apenas causas e efeitos naturais, ou seja, há uma causalidade natural no mundo. E as mudanças ocorrem na natureza onde os seres, as substâncias e os diversos corpos são considerados eles mesmos efeitos de determinadas combinações ou causas, dessa maneira, tornam-se causas também. Nas palavras de Holbach, “toda causa produz um efeito” e “não pode existir efeito sem causa”⁸. A “causa”, para Holbach, se dá quando um ser coloca em movimento um outro ser ou produz algum tipo de mudança nele. E o “efeito” é a mudança gerada que um ser produz em um outro com o auxílio do movimento⁹. Na natureza, “todos os movimentos que nela são provocados seguem leis constantes e necessárias”¹⁰. Portanto, para o barão, “a necessidade é a ligação infalível e constante das causas com os seus efeitos”¹¹ que existem em toda a natureza.

Não há acasos na natureza, segundo Holbach, “acaso” é uma palavra sem sentido ou que expressa a ignorância daqueles que a empregam como fruto da imaginação que muitas vezes é perturbada por temores e passa a criar quimeras ou causas fictícias. A imaginação não deve ser a encarregada do julgamento das causas e dos efeitos mesmo que os nossos sentidos não sejam capazes de reconhecer todas as causas. Segundo Holbach, nunca poderemos pensar que a cadeia de causalidade está quebrada ou que as causas são sobrenaturais e, portanto, não deveremos jamais substituir as causas que podemos conhecer por “fantasmas, ficções ou palavras vazias de sentido”¹².

É do pressuposto da necessidade que decorre o que o barão chama de “dogma do fatalismo”¹³, já que é dessa ideia essencial que é possível reconhecer que todos os movimentos e modificações do âmbito físico e moral estão submetidos à fatalidade. E o barão nos mostra o que entende por fatalidade no *Sistema da Natureza*:

A *fatalidade* é a ordem eterna, imutável, necessária, estabelecida na natureza, ou a ligação indispensável entre as causas que agem e os efeitos que elas operam. De acordo com essa ordem, os corpos pesados caem, os corpos leves se elevam, as matérias análogas se atraem, as contrárias se repelem. Os homens se associam, modificam-se uns aos outros, tornam-se bons ou maus, tornam-se mutuamente

⁸ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.82).

⁹ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p. 43).

¹⁰ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.75).

¹¹ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.82).

¹² (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.76).

¹³ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p. 269).

felizes ou infelizes, amam-se ou se odeiam necessariamente de acordo com a maneira como eles agem uns sobre os outros.¹⁴

Para Holbach, o fatalismo é tal como um sistema metafísico que nos permite reconhecer as causas e os efeitos que estão relacionadas necessariamente, e com isso, podemos saber sob o âmbito moral quais são os motivos que os homens têm e que determinam seus comportamentos e os fazem tomar certas atitudes em sociedade.

Holbach afirma que o que chama de “sistema do fatalismo”¹⁵ não é feito para confundir ou desapropriar as ideias de vício ou virtude, ou seja, não se perde a capacidade de julgar moralmente as ações humanas mesmo que se reconheça que elas são necessárias e determinadas por causas prévias das quais seus efeitos podem ser perversos. O homem não deixa de poder punir essas ações e buscar algo melhor ao seu bem-estar e felicidade, ou seja, conceber a condição determinista e fatalista da natureza e, simultaneamente, deixá-la em harmonia e vinculada à moral de alguém racional e equilibrado, é reconhecer que ele pode ser cada vez mais um ser virtuoso e feliz. Apenas aplicação dessas punições de maneira mais justa e moderada afim de mostrar a necessidade da virtude.

Portanto, longe de desencorajar os seres humanos, desanimá-los ou submetê-los à apatia e fazer com que eles até deixem de se comover e de se sociabilizar, o fatalismo holbachiano, cujo dogma da fatalidade é o de que tudo é necessário, não suprime os sentidos naturais e necessários. Pelo contrário, diante dessa fatalidade, o indivíduo que se reconhece nesse sistema é capaz de ter todos os sentimentos vivos e necessários em seu comportamento, já que foi a natureza que o organizou e o determina em tudo o que ele sente e faz.

2. A natureza do homem e a ideia de liberdade sob o olhar materialista de Holbach

Para Holbach, todas as maneiras de agir dos corpos são determinadas pelas suas próprias naturezas, essências, propriedades e combinações particulares. Com isso, cada corpo tem seu movimento e maneira de agir determinados por algumas causas, e nada pode se desviar dessa determinação natural.

¹⁴ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p. 265). Grifo do autor.

¹⁵ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.280).

Entretanto, Holbach questiona: “qual é a direção ou tendência geral e comum que vemos em todos os seres?”, e ainda, “qual é a finalidade visível e conhecida de todos os seus movimentos?”¹⁶. E nos responde: “conservar a sua existência atual, é preservar nela, é fortalecê-la, é atrair aquilo que lhe é favorável, é repelir aquilo que pode lhe causar dano, é resistir aos impulsos contrários à sua maneira de ser e à sua tendência natural”¹⁷.

O ser humano, que está na natureza e é parte constituinte dela, age segundo leis naturais que lhe são próprias, ele recebe ações ou impulsos dos outros seres cujos efeitos o afetam de alguma maneira. A natureza é determinante para o nascimento, desenvolvimento, enriquecimento das faculdades, crescimento, conservação durante um período e até para o perecimento e decomposição do ser humano. O homem é um ser formado e limitado pela natureza, ele sente diretamente as suas influências, ou seja, está fadado às suas leis. Segundo Holbach, “o homem é obra da natureza, existe na natureza, está submetido às suas leis; ele não pode livrar-se dela, não pode, nem mesmo pelo pensamento, sair dela”¹⁸.

Holbach diz que a liberdade que o homem pretende possuir não é encontrada em suas demonstrações de vontade, deliberações, escolhas e ações. Todas essas atitudes são frutos necessários e determinados das causas que as precedem. O homem nunca é o senhor das suas ações e, portanto, não é livre em nenhum momento de sua duração:

O homem não é, portanto, livre em nenhum instante de sua vida. Ele é necessariamente guiado a cada passo pelas vantagens reais ou fictícias que vincula aos objetos que despertam suas paixões. Essas paixões são necessárias em um ser que tende incessantemente para a felicidade; sua energia é necessária, já que ela depende do seu temperamento. Seu temperamento é necessário, já que ele depende dos elementos físicos que entram em sua composição: as modificações desse temperamento são necessárias, já que elas são consequências infalíveis e inevitáveis da maneira como os seres físicos e morais atuam incessantemente sobre nós.¹⁹

Se cada indivíduo examinar racionalmente as suas próprias ações para obter os verdadeiros motivos e causas de seus atos e, conseqüentemente, entender ao máximo o encadeamento de toda essa dinâmica, então será capaz de se convencer de que a

¹⁶ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.80).

¹⁷ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p. 80-81).

¹⁸ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.31).

¹⁹ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.248).

sensação de liberdade que pensa ter é uma grande quimera que a experiência e razão destroem.²⁰

Os homens tentam provar em vão que são livres e que a liberdade pode ser atestada de maneira simples, por exemplo quando propomos a alguém que mova ou não mova a mão. Para quem defende a ideia de liberdade, vê que nesse exemplo há uma demonstração evidente de liberdade, já que a capacidade de escolher lhe garante essa constatação. Entretanto, para Holbach, isso não prova em nada que o indivíduo é livre e que a liberdade existe, porque o “desejo de demonstrar sua liberdade” foi única e exclusivamente provocado pela disputa ou desafio de mexer ou não mexer a mão, ou seja, foi apenas um motivo necessário e determinante para decidir a vontade do indivíduo. O indivíduo deixa se enganar ou se persuadir de que é realmente livre porque não sabe distinguir o verdadeiro motivo ou causa que o fez agir de um modo ou de outro, ou seja, o desejo de convencer quem propôs o desafio.

Tanto Barão de Holbach quanto Denis Diderot (1713 – 1784)²¹, seu amigo, se utilizam de um outro exemplo para demonstrar que o defensor da ideia de liberdade se engana quando se pretende livre:

Se no calor da disputa, ele insiste e pergunta: “será que eu não tenho o poder de me atirar pela janela?”, eu lhe direi que não e que, enquanto ele conservar a razão, não há aparência de que o desejo de me provar a sua liberdade se torne um motivo bastante forte para fazer que ele sacrifique a sua própria vida. Se meu adversário, apesar disso, se atirar pela janela para me provar que é livre, nem por isso concluirei que ele agia livremente ao fazer isso, mas que foi a violência do seu temperamento que o levou a essa loucura.²²

Holbach, ao concluir o raciocínio do exemplo, diz que “a demência é um estado que depende do ardor do sangue, e não da vontade”²³, já Diderot acredita que o indivíduo que pula da janela é um louco e não um homem livre, e para não assumir a culpa do enlouquecimento gratuito do indivíduo e de um suposto assassinato, deve-se seguir o axioma que diz que nunca se deve desafiar um louco. Portanto, podemos confirmar por meio da demonstração desse exemplo e da conjectura holbachiana e diderotiana que a liberdade é tida como uma grande quimera, e que o homem não é livre nem para pensar nem para agir.

O que o homem faz “é sempre uma consequência daquilo que ele foi, daquilo que ele é e daquilo que ele fez até o momento da ação”, nosso ser atual e total

²⁰ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.253).

²¹ Tal exemplo também foi dado por Diderot em um comentário inédito da *Carta sobre o homem* (de Hemsterhuis). Cf. DESNÉ, *Os Materialistas Franceses*, p.210.

²² (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.248).

²³ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.228).

contém todos os motivos da ação que vamos realizar em algum momento. Portanto, “a nossa vida é uma sequência de instantes necessários”, ao passo que nossa conduta, seja ela boa ou má, virtuosa ou viciosa, útil ou nociva a nós mesmos ou aos outros, “é um encadeamento de ações tão necessárias quanto todos os instantes de nossa duração”:

Viver é existir de uma maneira necessária durante os pontos da duração que se sucedem necessariamente. *Querer* é consentir ou não consentir em permanecer aquilo que nós somos; *ser livre* é ceder aos motivos necessários que trazemos em nós mesmos.²⁴

Segundo Holbach, o termo liberdade apresenta algum sentido quando “no homem, a liberdade nada mais é do que a necessidade contida dentro dele mesmo”²⁵, ou como afirma Pierre Naville, quando o barão se refere à liberdade se utiliza de um outro nome para uma forma particular de necessidade, já que a liberdade em Holbach “consiste em se submeter àquilo que é útil ao ser, aos impulsos que são favoráveis à sua conservação em equilíbrio”²⁶, portanto, “a liberdade humana é um fato prático”²⁷ e sistema do fatalismo holbachiano “é o melhor fundamento da moral”²⁸.

3. A negação da ideia teológica de livre-arbítrio

Já podemos deduzir que não há uma compatibilidade entre a ideia teológica de livre-arbítrio e a noção materialista de necessidade e de fatalismo no materialismo de Holbach, já que ele entende que o universo e a natureza são um todo material organizado, cujo movimento é essencial à sua própria matéria, e disso, nega-se a possibilidade de qualquer tipo de motor divino. Holbach é categórico em sua teoria acerca das relações de causas e efeitos existentes no mundo e no convívio entre todos os seres, já que fazem parte dessa dinâmica natural e necessária. Mais do que uma incompatibilidade com a ideia de livre-arbítrio, Holbach nega radicalmente essa ideia teológica sob o âmbito “metafísico-moral”²⁹.

Grosso modo, as doutrinas que concebem moralmente a ideia de livre-arbítrio acreditam geralmente que os indivíduos são livres de fato, e que as suas vontades os deixam igualmente livres para fazer com que eles escolham aquilo que bem

²⁴ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.264-265). Grifos do autor.

²⁵ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.266).

²⁶ Cf. (NAVILLE, *D’Holbach et La Philosophie Scientifique au XVIIIe siècle*, p. 303-304).

²⁷ (NAVILLE, *D’Holbach et La Philosophie Scientifique au XVIIIe siècle*, p. 296).

²⁸ (NAVILLE, *D’Holbach et La Philosophie Scientifique au XVIIIe siècle*, p. 309).

²⁹ Expressão utilizada por Paulo Jonas de Lima Piva para designar a ligação entre o materialismo e a moral resultante na filosofia de Diderot, e que também pode ser atribuída à filosofia de Holbach. Cf. (PIVA, *O Ateu Virtuoso*, p.156).

quiserem sem que sejam constrangidos ou coagidos por algo ou alguém. Os indivíduos determinam as suas ações e o seu destino sem depender das causas que os afetam. Essa ideia sustenta a doutrina teológica e também é tida pretensamente como uma verdade incontestável. Há também na noção de livre-arbítrio a ideia de que os indivíduos, por terem essa capacidade de agir livremente e de ter liberdade de escolha, são moralmente responsáveis por aquilo que decidem fazer, ou seja, se o que se faz é o bem, o indivíduo é bom, caso ele faça algo de ruim como um pecado, ele será mal ou pecador.

Dessa maneira, o livre-arbítrio desresponsabiliza o deus cristão da autoria de qualquer mal que ocorra entre os homens e no mundo, ao passo que as imperfeições no caráter ou os erros nas atitudes são apenas dos seres considerados imperfeitos, ou seja, a perfeição e a bondade divina não são caracterizadas pelo mal que existe no mundo material. E para criticar essa ideia tão cara aos cristãos, Holbach também nos apresenta os verbetes “Livre-arbítrio” e “Fatalismo” em seu livro *Teologia Portátil ou Dicionário abreviado da religião cristã*, de 1768, e nele, em tom fortemente irônico e rigorosamente iconoclasta expressa suas considerações acerca da liberdade consagradas à religião:

O homem é livre, sem isso os seus padres não poderiam daná-lo. O livre-arbítrio é um pequeno presente com o qual, por um honroso favor, Deus gratificou a espécie humana. Com a ajuda desse livre-arbítrio, nós desfrutamos – acima dos outros animais e das plantas – da faculdade de podermos nos perder para sempre, quando o nosso livre-arbítrio não está de acordo com as vontades do Todo-Poderoso – este tem, então, o prazer de punir aqueles que ele deixou livres para atormentá-lo.³⁰

Já no verbete “Fatalismo”, Holbach nos mostra como era considerado esse sistema aos olhos da teologia cristã:

Sistema hediondo que submete tudo à necessidade em um mundo regido pelos decretos imutáveis da Divindade, sem a vontade da qual nada pode acontecer. Se tudo fosse necessário, adeus ao livre-arbítrio do homem, do qual os padres têm tão grande necessidade para poderem daná-los.³¹

Mais do que isso, Holbach afirma que “toda religião é visível e incontestavelmente fundamentada no fatalismo”, já que os cristãos não conseguem conciliar o mal provocado pelos homens em seu livre-arbítrio, com a ideia de predestinação. Ora, a ideia predestinação destitui as concepções cristãs de liberdade e coloca esse dogma no sistema da fatalidade, porque estão, segundo Holbach, fundamentadas em “decretos fatais de um ser irresistível que decide arbitrariamente o

³⁰ (HOLBACH, *Teologia Portátil*, p.142-143).

³¹ (HOLBACH, *Teologia Portátil*, p.110).

destino das suas criaturas”. Para Holbach, as ideias teológicas acerca da queda dos anjos, do pecado original, do sistema da predestinação e da graça de um pequeno número de eleitos provam fortemente que “a religião é um verdadeiro fatalismo”³². Com tudo, Holbach não deixa que o seu fatalismo seja confundido com a ideia de “providência divina”, já que ele não admite a existência da divindade e de acasos, e com isso, afirma que as determinações e leis da natureza são passíveis de conhecimento por meio da experiência e racionalidade. E, mesmo que as leis da natureza sejam fixas e necessárias, o mundo está num movimento incessante, há possibilidade de mudanças, inclusive moral, desde que essas modificações façam parte ou decorram necessariamente de causas prévias.

Holbach nos garante que o que entende como um “sistema da necessidade”, além de ser verdadeiro e se fundamentar nas experiências mais seguras, nos ajuda a estabelecer uma moral natural numa base indestrutível que não prejudica em nada os fundamentos das virtudes e mostra suas reais necessidades. No *Sistema da Natureza*, Holbach resume numa passagem que aquilo que as pessoas são e podem se tornar não depende em nada de suas vontades internas, portanto, é o poder das causas e leis naturais que nos determinam enquanto seres físicos e morais:

Nascemos sem o nosso consentimento, nossa organização não depende de nenhum modo de nós, nossas ideias nos chegam involuntariamente, nossos hábitos são de responsabilidade daqueles que nos fizeram adquiri-los, somos incessantemente modificados por causas – sejam visíveis ou ocultas – que regulam necessariamente nossa maneira de ser, de pensar e de agir. Estamos bem ou mal, felizes ou infelizes, somos sábios ou insensatos, racionais ou irracionais sem que a nossa vontade tenha nenhuma participação nesses diferentes estados.³³

De acordo com uma das críticas dos defensores da liberdade, sob o âmbito moral, uma vez que é defendida a ideia de que não há liberdade ou livre-arbítrio, conseqüentemente, não é possível considerar a virtude e o vício, e com isso, não há nem recompensas pelos bons atos e nem punições pelos atos ruins. Para Holbach, essa maneira de pensar não se fundamenta, uma vez que o fatalismo, como foi dito anteriormente, não nos prejudica na distinção entre vício e virtude. O sistema do fatalismo, segundo Holbach, não tem tendência nenhuma a estimular as pessoas ao crime ou a fazer desaparecer os remorsos e arrependimentos daqueles indivíduos que cometeram atos insensatos, já que esses agentes são passíveis de julgamento e de punição na sociedade.

³² (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.280).

³³ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.230).

Quando vemos os seres humanos agirem em favor de destruir ou causar dano a si mesmo ou a outrem, segundo o barão, devemos reconhecer que eles são movidos por alguma causa que os deixam em oposição à sua tendência natural e que os engana com preconceitos. Se vemos muitos crimes no mundo, devemos então reconhecer que muitas coisas externas conspiram para tornar os homens criminosos e viciosos, dentre essas causas, as religiões e os governos, cuja educação e exemplos conduzem os homens àquilo que é maléfico à sua sociabilidade e bem-estar, ou seja, entram em contradição com aquilo que a moral natural estabelece como virtude, ainda mais quando os vícios e os crimes são premiados, estimados e recompensados.

Holbach afirma que tanto o mal físico quanto o mal moral não se devem à perversidade da natureza, pelo contrário, a natureza não pode ser acusada de não promover aos homens os remédios aos seus males, pelo contrário, está tudo nela mesma, basta procurá-los e aplicá-los³⁴.

4. Críticas ao determinismo³⁵ radical holbachiano e sua possível solução

A compreensão racional da relação entre o mundo físico e o mundo moral é uma das maiores intensões de Holbach no seu *Sistema da Natureza*, já que ele esforça-se em nos proporcionar as melhores condições racionais para o entendimento do mundo moral por meio do sistema da necessidade e do fatalismo encontrados na totalidade da natureza e na natureza do ser humano como parte integrante desse todo. É o que podemos considerar como um determinismo moral acerca do comportamento do homem na natureza. Maria das Graças de Souza reforça essa ideia ao dizer que o *Sistema da Natureza* desde os primeiros capítulos “assume tons moralizantes”, cuja valorização da racionalidade do homem feita pelo barão explica o porquê dessas finalidades éticas de seu livro³⁶.

Entretanto, como considera Ernst Cassirer, no seu livro *A Filosofia do Iluminismo*, desde o século XVIII o *Sistema da Natureza* sofre duras críticas por seu radicalismo, prolixidade e aspecto demasiado reiterativo de seu autor. E um dos pontos

³⁴ Cf. (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.293).

³⁵ O termo “determinismo” não é encontrado no *Sistema da Natureza*, se trata de um termo que aparece por volta das primeiras décadas do século XIX, mas vamos utilizá-lo como uma ideia diretriz ou doutrina filosófica de cunho científico para complementar a concepção holbachiana de fatalismo, já que esta tem um uso metafísico. Cf. Verbetes “determinismo” e “fatalismo”. (LALANDE, *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, p. 245 e 386, respectivamente).

³⁶ (SOUZA, *A Tentação Materialista de Voltaire*, p.83).

mais criticados é exatamente o da sua teoria materialista determinista, na qual encontramos o seu “necessitarismo absoluto”³⁷ dentro do fatalismo holbachiano. Cassirer fala que o caráter ético do materialismo do século XVIII se consolidou e foi defendido como um “imperativo” que renovou a tese sobre a natureza, e por isso pretendeu “comandar e interditar”, e a filosofia de Holbach, no *Sistema da Natureza*, nos apresenta esse traço com bastante nitidez³⁸. Porém, após resumir a tese materialista, nos diz que “a sua *expressão* cai numa estranha contradição”³⁹, já que afirma que Holbach não se contentou em ficar no âmbito teórico dessa discussão. E, tal como um militante e acusador das insuficiências e contradições da metafísica teológica, Holbach impôs uma norma ao pensamento e à fé dos homens. Segundo Cassirer, a doutrina da necessidade absoluta do curso da natureza “prende-se na rede de suas próprias demonstrações”, e assim, “mergulha num difícil dilema”:

Com que direito, de fato, pode-se ainda falar de “normas” no âmbito dessa doutrina? O dever não irá revelar-se uma pura quimera e converter-se em simples necessidade? Que mais nos restaria, nesse caso, senão abandonarmo-nos a essa necessidade? Como poderíamos regê-la, prescrever-lhe o seu percurso?⁴⁰

Michel Onfray, no quarto volume do seu *Contra-História da Filosofia – Os Ultras das Luzes*, também nos aponta uma importante reflexão acerca do considerado ponto fraco da filosofia determinista de Holbach:

De fato, a afirmação metafísica de que a necessidade rege a conduta do mundo, de que o determinismo faz a lei, de que os homens não dispõem de livre-arbítrio, de que suas ações procedem de motivos que os transformam em marionetes da fatalidade e, *ao mesmo tempo*, de que os homens podem ser recompensados ou punidos por atos que escapam à sua vontade, simplesmente porque esses atos fortalecem ou fragilizam o edifício social, é um estranho paradoxo.⁴¹

Segundo Onfray, é exatamente nesse ponto em que Holbach peca, ou seja, se os indivíduos estão totalmente submetidos ao reino da necessidade, como vão proceder para pararem de ser cristãos, por exemplo⁴²? Desse modo, a crítica de Michel Onfray se iguala a de Ernst Cassirer, porém, o filósofo francês e comentador das Luzes francesas ressalta a habilidade do barão para sair do entrave que o determinismo radical gera, mesmo que ele não tenha feito isso de modo tão claro em seu *Sistema da*

³⁷ Expressão usada por Jean-Claude Bourdin para demonstrar o pensamento materialista, naturalista e fatalista de Holbach. Cf. (BOURDIN, *Les Matérialistes au XVIIIe siècle*, p.277-279).

³⁸ (CASSIRER, *A Filosofia do Iluminismo*, p.103).

³⁹ (CASSIRER, *A Filosofia do Iluminismo*, p.104). Grifo do autor.

⁴⁰ Cf. (CASSIRER, *A Filosofia do Iluminismo*, p.105).

⁴¹ (ONFRAY, *Contra-história da Filosofia – Os ultras das luzes*, p.249). Grifo do autor.

⁴² (ONFRAY, *Contra-história da Filosofia – Os ultras das luzes*, p.250).

Natureza. Cassirer, não só deixa a questão do entrave determinista insolúvel, bem como rebaixa a importância do *Sistema da Natureza*.

Entretanto, Onfray expõe o desenvolvimento de uma possível solução de Holbach a esse estranho paradoxo: o “clinâmen providencial”. Segundo o filósofo francês, essa ideia está diretamente relacionada à razão prática e pode ser traduzida assim: “somos totalmente determinados exceto no que escapa ao determinismo”, ou seja, os homens podem agir necessariamente sobre aquilo que é determinado naturalmente de modo a modificar aquilo que não é bom ou está em malefício de sua felicidade. Onfray afirma que a razão é o “antídoto contra o determinismo”, já que faz com que o indivíduo reconheça as principais características de seu temperamento e comportamento, cujas causas lhe aparecem nitidamente para que possa agir sobre elas, e assim, poder de alguma maneira corrigir o que naturalmente é predominante e prejudicial a si mesmo ou a outrem. Conclui Onfray, “os motivos agem, portanto, mas é possível agir sobre os motivos” com outros motivos maiores, e o determinismo, o fatalismo, a necessidade, o materialismo utilitarista, o eudemonismo social e o ateísmo virtuoso de Holbach fornecem novos e maiores motivos para corrigir as tendências viciosas dos homens, bem como os devaneios dos idealistas, espiritualistas, cristãos, deístas e monárquicos⁴³.

Portanto, Holbach vê nas ações do homem que ele busca naturalmente a felicidade, sempre “deseja necessariamente aquilo que é ou parece ser útil ao seu bem-estar”⁴⁴. E a má conduta dos homens só é corrigida quando isolamos as verdadeiras causas que movem e determinam suas vontades, além disso, é preciso substituir os móveis ineficazes ou perigosos à sua conservação e felicidade por aquilo que os faça mover em direção aquilo que é real, útil e seguro, caso contrário, será inútil querer que os indivíduos sejam virtuosos em seus atos.

Este estudo pretendeu evidenciar que dentro do determinismo holbachiano a ligação entre o mundo físico e o mundo moral se dá por meio da apreensão dos princípios e conceitos materialistas, cujo determinismo moral e as evidências de uma não-liberdade podem ainda sim nos proporcionar certo caráter esclarecedor e libertador da existência humana. Na medida em que a experiência guia a nossa razão em direção às luzes do verdadeiro conhecimento da natureza e da sua dinâmica, os homens podem se libertar dos preconceitos, da ignorância, dos fanatismos, das superstições e

⁴³ (ONFRAY, *Contra-história da Filosofia – Os ultras das luzes*, p.251-252).

⁴⁴ (HOLBACH, *Sistema da Natureza*, p.83).

obscuridades que tão mal fazem à sociedade. Assim, podem reforçar os seus valores morais praticando o que é natural à sua conservação e bem-estar, individual e coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIN, J-C. *Les Matérialistes au XVIIIe siècle*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1996.

CASSIRER, E. *A Filosofia do Iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral. Editora da Unicamp, 1994.

DESNÉ, R. *Os Materialistas Franceses De 1750 a 1800*. Trad. Maria José Marinho. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1969.

HOLBACH, Barão de. *A moral universal: ou Os deveres do homem fundamentados na sua natureza*. Trad. Regina Schöpke e Mauro Baladi. São Paulo: Martins Editora, 2015.

_____. *Sistema da Natureza ou Das leis do mundo físico e do mundo moral*. Trad. Regina Schöpke e Mauro Baladi. São Paulo: Martins Editora, 2010.

_____. *Teologia Portátil ou Dicionário Abreviado da Religião Cristã*. Trad. Regina Schöpke e Mauro Baladi. São Paulo: Martins Editora, 2012.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Trad. Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NAVILLE, P. *D'Holbach et la Philosophie Scientifique au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1943.

ONFRAY, M. *Os Ultras das Luzes – Contra-história da Filosofia 4*. Trad. Claudia Berliner. Ed. WMF Martins Fontes, 2012.

PIVA, P. J. L. *O ateu virtuoso – materialismo e moral em Diderot*. São Paulo, Discurso Editorial/FAPESP, 1999.

SOUZA, M. G. A tentação materialista de Voltaire. In: *Discurso – USP*. São Paulo: Ed. Polis, vol.17, p. 75-88, 1988.